



FIAN
INTERNATIONAL



FIAN
BRASIL

Heidelberg/Brasília, 29 de junho 2022

English below / Español abajo

Prezadas autoridades públicas do Brasil e do Estado do Mato Grosso do Sul:

A FIAN International é uma organização internacional de direitos humanos, com secretaria sediada em Heidelberg, Alemanha, e representação permanente junto à ONU em Genebra. A FIAN International tem trabalhado pela realização do direito à alimentação e nutrição nos últimos 35 anos. Juntamente com sua seção no Brasil, a FIAN acompanha a luta dos Povos Guarani e Kaiowá há mais de uma década.

Escrevemos a presente carta em nome das organizações da sociedade civil e movimentos sociais abaixo assinados que fazem parte da Rede Global pelo Direito à Alimentação e Nutrição - uma rede que defende o direito à alimentação e à justiça social em todo o mundo.

A FIAN Internacional e a FIAN Brasil vêm denunciando como o histórico de exploração econômica no Estado do Mato Grosso do Sul, a omissão do Estado Brasileiro em demarcar seus territórios tradicionais e o severo quadro de discriminação e violência a que estão submetidos, os leva a viver em condições precárias e muitas vezes desumanas, em que os seus direitos são sistematicamente violados, o que inclui o direito à alimentação e à nutrição adequadas.¹

No Sábado 25 de junho de 2022, um novo episódio de violência: a Grande Assembleia da Aty Guasu Guarani e Kaiowá tornou pública [a nota](#) em que denuncia a ação violenta da Polícia Militar e do Estado do Mato Grosso do Sul (MS) contra o Tekoha Guapoy, no município de Amambai, no Mato Grosso do Sul.

Os indígenas e as entidades indigenistas que apoiam os Povos Guarani e Kaiowá de MS denunciam que, ante a omissão do Estado Brasileiro em demarcar as terras tradicionais indígenas, houve a retomada de parte do território de Guapoy por estes povos. Como reação à luta por seu território, policiais militares e fazendeiros, sexta-feira passada, dia 24 de junho, sem que houvesse autorização judicial e à revelia do ordenamento jurídico brasileiro, foram até a área ocupada pelos indígenas para expulsá-los de maneira violenta do local. A ação está sendo chamada de “Massacre de Guapoy”. O número de pessoas mortas e feridas ainda está sendo apurado, porém, de acordo com as últimas informações obtidas, há registro da morte de uma pessoa e de outras 10 pessoas feridas como resultado dessa ação.

De acordo com o [Conselho Indigenista Missionário \(CIMI\)](#) houve relato de “tiros em jovens desarmados, violações a pessoas rendidas, disparos de helicóptero, tudo isso inclusive com uso de munição letal”.

¹ Para mais informações acesso à publicação da FIAN Brasil, FIAN Internacional e CIMI (2016): ["O Direito Humano à Alimentação Adequada e à Nutrição Adequadas do Povo Guarani e Kaiowá: Um Enfoque Holístico"](#).



FIAN
INTERNATIONAL



FIAN
BRASIL

Há relatos do Povo Guarani e Kaiowá, de entidades que os apoiam e de [meios de comunicação social](#), que o Governo usou o argumento de que o grupo atacado é composto por criminosos, o que é fortemente rebatido pelos indígenas e pelo CIMI. Em entrevista coletiva, o secretário estadual de Justiça e Segurança Pública, disse que a polícia militar agiu no local para combater indígenas que trabalham com plantação de maconha no Paraguai, incriminando e colocando a sociedade contra os indígenas. Esta afirmação não parece se sustentar pois os indígenas estavam na luta pela posse da terra, com suas famílias, pintados e portando seus instrumentos tradicionais como arco e flecha. Ademais, o [Ministério Público Federal de Ponta Porã](#) já acompanhava a região em razão das ações de retomada.

Por fim, também há denúncias de que os policiais tentaram dificultar o atendimento pelo serviço público de saúde, a indígenas feridos e que, pelo menos três pessoas foram presas ao buscar atendimento de saúde. Denúncia que, se confirmada, configura racismo estrutural dos órgãos públicos do estado, que pode agravar o já acentuado quadro de violações de direitos dos Povos Guarani e Kaiowá.

Os indígenas denunciam e pedem a imediata responsabilização do Governador do Estado do MS, do comando da BOPE/PM (Batalhão de Operações Especiais da Polícia Militar), e do secretário de segurança do Estado do MS. Além da investigação de servidores da Funai (Fundação Nacional do Índio) de Amambai e Ponta Porã, no Mato Grosso do Sul, envolvidos no caso.

Entendemos que essa situação:

- i) Submete os Povos Guarani e Kaiowá a intenso sofrimento físico e psíquico e a práticas etnocidas;
- ii) Afronta contundentemente a Constituição Brasileira, as Declarações e os Tratados de Direitos Humanos ratificados pelo Brasil;
- iii) Configura violação da responsabilidade do Estado Brasileiro de garantir a segurança, a vida, a integridade física, a dignidade, a identidade cultural, o território, o direito humano à alimentação e à nutrição adequadas e os demais direitos humanos e fundamentais desses povos;

Por estas razões, exigimos ao Estado Brasileiro que sejam imediatamente cessadas e apuradas as violentas ações dirigidas a Tekoha Guapoy e ao Povo Guarani e Kaiowá. Também exigimos que sejam responsabilizadas civil e penalmente as pessoas que comandaram e/ou realizaram essas ações, com a maior brevidade possível. Por fim, exigimos o avanço na demarcação dos territórios indígenas e na adoção de outras ações de enfrentamento à violência e à discriminação que afetam, há décadas, o Povo Guarani e Kaiowá.

Aguardamos uma resposta urgente, efetiva e adequada aos direitos humanos e ao Estado democrático de Direito das autoridades públicas do Brasil, em relação ao Povo Guarani e Kaiowá.



FIAN
INTERNATIONAL



FIAN
BRASIL

Além disso, solicitamos que nos mantenha informados sobre as medidas tomadas em relação às exigências acima mencionadas, escrevendo para nayara@fianbrasil.org.br; adelar@fianbrasil.org.br; e michele@fian.org.

P.S. Esta carta foi copiada para várias entidades da ONU, do Sistema Interamericano e da UE de Direitos Humanos (ver lista completa no final desta carta).

-- ENGLISH--

To the Public Authorities of Brazil and the State of Mato Grosso do Sul:

FIAN International is an international human rights organisation, with its secretariat based in Heidelberg, Germany, and a permanent representation before the UN in Geneva. FIAN International has been working for the realisation of the right to food and nutrition for the past 35 years. Together with its section in Brazil, FIAN has been accompanying the struggle of the Guarani Kaiowá Peoples for over a decade.

We write this letter in the name of the undersigned civil society organizations and social movements who form part of the Global Network for the Right to Food and Nutrition - a network advocating for the right to food and social justice around the world.

FIAN International and FIAN Brazil have been denouncing the historic economic exploitation in the State of Mato Grosso do Sul, the failure of the Brazilian State to demarcate the territories of the Guarani and Kaiowá, and the severe discrimination and violence to which they are subjected; all of which leads them to live in precarious and often inhumane conditions, where their rights, including their right to food and nutrition, are systematically violated.²

Last Saturday, on June 25, there has been a new and violent episode: the Grand Assembly of Aty Guasu Guarani e Kaiowá published a [note](#) denouncing the violent actions by the military police and the State of Mato Grosso do Sul (MS) against the Tekoha Guapoy community, in the municipality of Amambai, in Mato Grosso do Sul.

Indigenous Peoples and indigenous entities that support the Guarani and Kaiowá Peoples of MS denounce that, given the Brazilian State's failure to demarcate traditional indigenous lands, part of the Guapoy's territory was retaken by them. As a reaction to the fight for their territory, military police and large landowners ("fazendeiros") last Friday, on June 24, without judicial authorization and in defiance of the Brazilian legal system, entered the area occupied by the Indigenous Peoples to violently expel them. The action is being referred to as the "Guapoy Massacre." The number of people killed and injured

² For more information, see FIAN Brazil, FIAN International and CIMI (2016): "[The Guarani and Kaiowá Peoples Right to Adequate Food and Nutrition: A Holistic Approach](#)"



FIAN
INTERNATIONAL



FIAN
BRASIL

is still being determined. However, according to the latest information received, there are records of one person killed and ten injured as a result.

[According to the Indigenous Missionary Council](#) (CIMI), there were reports of “shots at unarmed youths, aggressions against surrendered people, helicopter shots, all of this including the use of lethal ammunition”.

There are reports from the Guarani and Kaiowá Peoples, entities that support them and [the media](#) that the government used the argument that the attacked group is composed of criminals, which is strongly opposed by the Indigenous Peoples and CIMI. In a press conference, the State Secretary of Justice and Public Security said that the military police acted on the spot to fight indigenous people who work with marijuana plantations in Paraguay, thereby incriminating and putting society against Indigenous Peoples. This statement does not seem to hold because the indigenous community were in the struggle for land ownership, with their families, painted and carrying their traditional instruments such as bows and arrows. In addition, the [Federal Public Ministry of Ponta Porã](#) was already monitoring the region due to the reclamation actions.

Finally, there are also denouncements that the police tried to make it difficult for the public health service to attend to the indigenous people, and that at least three people were arrested while seeking health care. A complaint that, if confirmed, constitutes structural racism on the part of public bodies in the state, which can exacerbate the already accentuated situation of human rights violations of the Guarani and Kaiowá Peoples.

The Indigenous Peoples denounce the facts here exposed and ask for the immediate accountability of the Governor of the State of MS, of the commander of the Military Police Special Operations Battalion (BOPE/PM), and of the Secretary of Security of MS. In addition to an investigation of employees of Funai (the National Indian Foundation) of Amambai and Ponta Porã, in Mato Grosso do Sul.

We understand that this situation:

- i) Submits the Guarani and Kaiowá Peoples to intense physical and psychological suffering and ethnocidal practices;
- ii) Violates the Brazilian Constitution and the Declarations and the Human Rights Treaties ratified by Brazil;
- iii) Violates the responsibility of the Brazilian State to guarantee security, life, physical integrity, dignity, cultural identity, territory, the right to food and nutrition, and other human and fundamental rights of these Peoples.

For this reason, we call on the Brazilian State to immediately stop and investigate the violent actions directed against the Guapoy community and the Guarani and Kaiowá Peoples in general. Those who ordered and/or carried out these actions must be held civilly and criminally accountable as soon as possible. Finally, we call on the government to make progress in the demarcation of indigenous territories and other measures to combat the violence and discrimination that have affected the Guarani and Kaiowá People for decades.



FIAN
INTERNATIONAL



FIAN
BRASIL

We expect an urgent, effective, and adequate response, based on human rights and the democratic rule of law, of the public authorities in Brazil concerning the Guarani and Kaiowá Peoples.

Moreover, we request to be kept informed about the measures taken in relation to the above demands, writing to nayara@fianbrasil.org.br; adelar@fianbrasil.org.br; and michele@fian.org.

Ps. This letter has been copied to various entities of the UN, Inter-American, and EU Human Rights System (see full list at the end of this letter).

-- ESPANOL --

Estimadas autoridades públicas de Brasil y del Estado de Mato Grosso do Sul:

FIAN Internacional es una organización internacional de derechos humanos, con su secretaría en Heidelberg (Alemania) y una representación permanente ante la ONU en Ginebra. FIAN Internacional lleva 35 años trabajando por la realización del derecho a la alimentación y a la nutrición. Junto con su sección en Brasil, FIAN acompaña la lucha del Pueblo Guaraní Kaiowá desde hace más de una década.

Escribimos esta carta en nombre de las organizaciones de la sociedad civil y los movimientos sociales abajo firmantes que forman parte de la Red Mundial por el Derecho a la Alimentación y a la Nutrición, una red que defiende el derecho a la alimentación y la justicia social en todo el mundo.

FIAN Internacional y FIAN Brasil han venido denunciando la historia de explotación económica en el Estado de Mato Grosso do Sul, la falta de demarcación de sus territorios por parte del Estado brasileño y la discriminación y violencia severa a la que son sometidos, lo que los lleva a vivir en condiciones precarias y muchas veces inhumanas, donde sus derechos son sistemáticamente vulnerados, entre ellos el derecho a la alimentación y a la nutrición.³

El pasado sábado, 25 de junio, se dio lugar a un nuevo episodio de violencia: la Gran Asamblea de Aty Guasu de las Guarani y Kaiowá, publicó una [nota](#) denunciando la acción violenta de la Policía Militar y del Estado de Mato Grosso do Sul (MS) contra la comunidad de Tekoha Guapoy, en el municipio de Amambai, en Mato Grosso do Su.

Pueblos Indígenas y entidades indigenistas de apoyo a los Pueblos Guarani y Kaiowá de MS denuncian que, ante la falta de demarcación de las tierras indígenas tradicionales por parte del Estado brasileño, parte del territorio Guapoy fue retomado por estos pueblos. Como reacción a la lucha por su territorio, policías militares y latifundistas, el pasado

³ Para más información vease la publicación de FIAN Brasil, FIAN Internacional, y CIMI (2016): "[O Direito Humano à Alimentação Adequada e à Nutrição Adequadas do Povo Guarani e Kaiowá: Um Enfoque Holístico](#)".



FIAN
INTERNATIONAL



FIAN
BRASIL

viernes, 24 de junio, sin autorización judicial y desafiando el ordenamiento jurídico brasileño, se dirigieron hasta la área ocupada por los indígenas para expulsarlos violentamente del lugar. A esta acción se está denominando “Masacre de Guapoy”. Aún se está determinando el número de personas muertas y heridas, sin embargo, según información obtenida, se tienen registros de una persona muerta y 10 personas heridas producto de esta acción.

Según el [Consejo Indígena Misionero \(CIMI\)](#) hubo denuncias de “disparos a jóvenes desarmados, violaciones a personas entregadas, disparos de helicópteros, todo esto incluyendo el uso de munición letal.”

Hay denuncias del Pueblo Guaraní y Kaiowá, entidades que los apoyan y [medios de comunicación](#) que el Gobierno utilizó el argumento de que el grupo atacado está integrado por delincuentes, al que se oponen enérgicamente los indígenas y el CIMI. En conferencia de prensa, el secretario estatal de Justicia y Seguridad Pública dijo que la policía militar actuó en el lugar para combatir a los indígenas que trabajan en las plantaciones de marihuana en Paraguay, incriminando y poniendo a la sociedad en contra de los indígenas. Esta afirmación no parece sostenerse porque los indígenas se encontraban en la lucha por la propiedad de la tierra, con sus familias, pintados y portando sus instrumentos tradicionales como arcos y flechas. Además, el [Ministerio Público Federal de Ponta Porã](#) ya estaba monitoreando la región debido a las acciones de recuperación.

Por último, también se ha informado de que la policía trató de dificultar que el servicio público de salud atendiera a los indígenas heridos y de que al menos tres personas fueron detenidas cuando buscaban atención sanitaria. Denuncia que, de confirmarse, constituye racismo estructural por parte de los organismos públicos del estado, lo que puede agudizar la ya acentuada situación de violaciones a los derechos humanos de los Pueblos Guaraní y Kaiowá.

Los Pueblos Indígenas denuncian y piden la inmediata responsabilización del Gobernador del Estado de MS, de los comandantes del Batallón de Operaciones Especiales de la Policía Militar (BOPE/PM), y del Secretario de Seguridad del Estado de MS. Además de la investigación de los empleados de Funai (Fundación Nacional del Indio) en Amambai y Ponta Porã, en Mato Grosso do Sul.

Entendemos que está situación:

- i) Somete a los Pueblos Guaraní y Kaiowá a intensos sufrimientos físicos y psíquicos y a prácticas etnocidas;
- ii) Desafía tajantemente la Constitución brasileña, las Declaraciones y los Tratados de Derechos Humanos ratificados por Brasil;
- iii) Constituye una violación de la responsabilidad del Estado brasileño de garantizar la seguridad, la vida, la integridad física, la dignidad, la identidad cultural, el territorio, el derecho a la alimentación y a la nutrición, y demás derechos humanos y fundamentales de estos pueblos;

Por estas razones, exigimos que las acciones violentas dirigidas a la comunidad de Tekoha Guapoyal y a los Pueblos Guaraní y Kaiowá en general sean inmediatamente detenidas e investigadas. También pedimos que las personas que comandaron y/o llevaron a cabo



FIAN
INTERNATIONAL



FIAN
BRASIL

estas acciones sean responsabilizadas civil y penalmente a la brevedad. Finalmente, exigimos avances en la demarcación de territorios indígenas y acciones para combatir la violencia y discriminación que ha afectado a los Pueblos Guaraní y Kaiowá durante décadas.

Aguardamos una respuesta urgente, efectiva y adecuada, basada en los derechos humanos y el Estado democrático de derecho, de las autoridades públicas en Brasil, en relación con los Pueblos Guaraní y Kaiowá.

Les pedimos que nos mantengan informados sobre las medidas adoptadas en relación con las demandas anteriores, escribiendo a nayara@fianbrasil.org.br; adelar@fianbrasil.org.br; y michele@fian.org.

Pd. Esta carta ha sido copiada a varias entidades del Sistema de Derechos Humanos de la ONU, Interamericano y de la UE (ver lista completa al final de esta carta).

Sofía Monsalve
Secretary General
FIAN International

Eneias da Rosa
President
FIAN Brazil

Valéria Burity
Secretary General
FIAN Brazil

Supported by / Apoiado por:

MOCASE MNCI CLOC LVC UNICAM SURI, Argentina

Kilusan para sa Repormang Agraryo at Katarungang Panlipunan (KATARUNGAN), Filipinas

CEFROHT, Uganda

Mizu Eco-Care, Zambia

FIAN Austria

Dirigida a / Addressed to:

Autoridades públicas de Mato Grosso do Sul

Governador Reinaldo Azambuja

Secretário de Segurança Pública do MS - Antônio Carlos Videira



FIAN
INTERNATIONAL



FIAN
BRASIL

Secretária de Estado de Direitos Humanos, Assistência Social e Trabalho (SEDHAST) -
Elisa Cléia Pinheiro Rodrigues Nobre

Procuradora-Geral do Estado - Ana Carolina Ali Garcia

Autoridades públicas federais

Ministério Público Federal – 6ª Câmara: Populações Indígenas e Comunidades
Tradicionais

Excelentíssimo Senhor Jair Bolsonaro Presidente da República do Brasil

Gabinete da Presidência da República do Brasil

Excelentíssimo Senhor Rodrigo Pacheco, Presidente do Senado

Copiado para / Copied to:

ACNUDH / OHCHR - Ana Paula de Souza e Alicia Londoño

Relator Especial da ONU sobre os direitos dos povos indígenas / UN Special Rapporteur
on the rights of indigenous peoples, Francisco Cali Tzay

Relator Especial da ONU sobre o direito à alimentação / UN Special Rapporteur on the
right to food, Michael Fakhri

Sistema Interamericano de Direitos Humanos / Interamerican Human Rights System

Relatora sobre os Direitos dos Povos Indígenas / Rapporteur on the rights of indigenous
peoples, Comisionada Esmeralda Arosemena de Troitiño

Serviço Europeu de Ação Externa / European External Action Service - Luisa Ragher,
Brian Glynn, Ignacio Ybanez, Ana Beatriz Martins e Almeida Ana